

2- População e Grupos Étnicos

Não existem dados precisos sobre o número total, distribuição geográfica e taxa de crescimento da população angolana desde o último censo realizado em 1970, quando a população era de 5,6 milhões.

Desde essa altura registaram-se grandes movimentações populacionais por causa da guerra, traduzidas em acelerada concentração urbana, movimentação considerável de refugiados, êxodo de agricultores e o aumento da taxa de mortalidade.

De igual forma, as causas dessa urbanização acelerada são atribuídas, até certo ponto, à extrema insegurança e à pobreza nas áreas rurais. Em 1995 a população de Luanda calculava-se em 2,3 milhões de habitantes, quando hoje esse número está acima dos 5 milhões.

O percentual da população urbana em 2003, era de 66% (com 23% concentrados na capital, Luanda), quase o oposto da situação em meados dos anos noventa.

Relativamente aos grupos étnicos, os Ovimbundos representam o maior de Angola (aproximadamente 37% da população) e encontram-se localizados na parte centro-oeste do país. Durante a guerra de libertação, constituíram a base de apoio da UNITA.

Um pouco mais ao norte do território dos Ovimbundos vivem os Mbundos, outro importante grupo étnico que representa cerca de 25% da população. Predominam nas províncias de Luanda, Bengo, Kwanza-Norte, Malange e nordeste do Kwanza-Sul, tendo sido os principais apoiantes do MPLA, quando o movimento foi criado em 1956.

Os Bakongos constituem cerca de 15% da população e estão concentrados nas províncias de Uíge, Zaire e Cabinda, sendo a base donde nasceu a FNLA.

Os Lunda-Tchokwe formam uma etnia de aproximadamente 12% da população e, em grande parte, vivem nas províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico.

As outras etnias, como os Ovambo, Nyaneca-Humbe e Herero estão espalhadas numa área inferior a um terço do país e representam aproximadamente 7% da população.

3- Contexto angolano do pós-guerra

As consequências de 27 anos de guerra foram desastrosas para o país e contribuíram para o depauperamento de crescentes faixas da população, tanto no tocante aos recursos financeiros dispendidos, como à destruição de infra-estruturas básicas para o desenvolvimento, circulação de pessoas e bens, esgotamento dos sistemas sociais de saúde, educação, saneamento e fornecimento de água e energia, deslocamento de pessoas das áreas rurais fenómeno que, como se disse, assume hoje proporções muito complexas pelos números envolvidos.

Mas a guerra não aparece isolada enquanto factor de depauperamento das populações. A instabilidade política e militar dela decorrente introduziram elementos de perturbação na definição e condução da política económica e que foram ampliados pela circunstância

da transição para a economia de mercado ter conhecido sérias dificuldades, o que não é de estranhar, conhecido como é, entre outros, a falta de quadros e a fuga de competências como consequência da guerra. Esta convergência de factores explica que as políticas económicas, globais e sectoriais, tenham sofrido graves constrangimentos, originando uma série de desequilíbrios económicos e sociais, que vão sendo gradativamente corrigidos.

Por outro lado, as consequências da guerra sobre o sistema económico e o subsistema institucional do Estado foram profundas. As despesas militares limitaram as alocações financeiras para os investimentos públicos. As destruições provocadas pelas acções militares levaram a uma extensa degradação das infra-estruturas económicas e dos equipamentos sociais, causa imediata da depreciação ocorrida nos sectores da saúde, educação e saneamento básico, induzindo, como consequência, um baixo nível de desenvolvimento humano.

4- A reintegração das populações deslocadas e a dos antigos combatentes rebeldes

A reintegração de cerca de 138.000 ex-combatentes e suas famílias, dirigida pelo Governo de Unidade e Reconciliação Nacional - GURN, estabelecido em 1994, com a assistência das agências da ONU, do Banco Mundial e doadores bilaterais, avança a bom ritmo.

Cerca de 3 milhões de deslocados de guerra e refugiados já retornaram às regiões de origem, criando assim condições para o regresso à normalização das actividades produtivas e sociais nas áreas rurais.

Até ao início da campanha agrícola dos anos 2002/03, cerca de 600.000 famílias retornadas tinham beneficiado da distribuição de kits agrícolas. Nas comunidades em que elas foram reintegradas foi-lhes atribuído, no geral, 1 ha de terra por família, espaço que se promete alargar num futuro próximo.

O governo indicou que o Apelo Consolidado (apelo para assistência aos reintegrados) do ano 2003 será o último e que futuros financiamentos serão determinados através de mecanismos governamentais de planeamento, para o período de transição, reconstrução e recuperação (anos 2004/05)

5- A Situação Social: Pobreza e Indicadores Sociais

A economia de Angola permanece severamente afectada pelos vinte e sete anos de guerra e pela destruição maciça que dela resultou nas áreas rurais. Está classificada em 166º lugar entre 175 países, no Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD, para o ano de 2004.

O rendimento per capita é estimado em USD 660 por ano.

Mais de dois terços da população vive na pobreza, com menos de USD 2 por dia e aproximadamente 1 (um) em cada 4 (quatro) angolanos é extremamente pobre, vivendo com menos de USD 0,75 por dia.

Para evitar que estes números aumentem, estima-se que a economia de Angola teria de crescer a uma taxa de cerca de 7,3% ao ano.

A esperança de vida é de 47 anos. A má nutrição é extremamente aguda. Cerca de 45% das crianças menores de 5 anos têm, para a idade, baixo peso e, 31 %, são de baixo peso.

Um de cada seis nados vivos nunca atinge os cinco anos de idade.

A malária, infecções respiratórias, doenças diarreicas, sarampo e cólera são as principais causas de mortalidade.

A taxa de inscrição na escola primária está entre as mais baixas de África. A destruição de escolas e a fuga do pessoal docente das áreas rurais, provocou nessas zonas um índice de analfabetismo de 70% entre os homens adultos e 80% entre as mulheres.

O potencial para um aumento súbito da incidência do HIV /SIDA é elevado, face ao regresso de cerca de 3 milhões de deslocados às suas províncias de origem, à reinstalação dos retornados dos países vizinhos (um grande número com índices de infecção por HIV /SIDA muito mais altos que os registados actualmente no país), ao reassentamento de ex-combatentes e à abertura das estradas, com a consequente movimentação de pessoas pelo interior do país.

Os serviços de saúde cobrem apenas 30% das zonas rurais, enquanto que só 38% da população tem acesso à água potável. Apenas 13% tem ligação à rede pública de abastecimento.

Em 1996, a esperança de vida à nascença era de 42,4 anos, sendo 40,7 para os homens e 44,2 para as mulheres, mantendo-se mais ou menos igual este ano, segundo os índices do PNUD, onde ocupa o lugar 166 lugar, entre 174 países.

No plano nutricional o país vive situações dramáticas no seio dos desalojados e deslocados. Considera-se que mais de metade da população angolana seja subnutrida, havendo 45 % em situação de má nutrição crónica global.

Neste quadro, há anos que o governo angolano vem lutando incansavelmente para a realização de uma Conferencia Internacional de Doadores que lhe fora prometida para o fim da guerra, com o fim de angariar fundos para os enormes e complicados desafios de reabilitação e reconstrução nacionais mas que, até hoje, contrariamente ao que se aguardava, vem encontrando resistências junto dos principais doadores, sob pretextos de diversa ordem, para a fazer dobrar-se às exigências do FMI e do BM.

II- SITUAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA

1- Programa de Reformas Económicas

O Governo tem buscado nas últimas décadas o ajuste e a estabilização da economia, sem contudo controlar totalmente a inflação e o défice orçamental. Em 1995, o Governo iniciou um importante programa de reformas destinadas a estabilizar os preços e atingir

o equilíbrio nas contas externas. Seguiram-se outros planos de estabilização até o último programa, período de 2003-2004.

Os objectivos programáticos do Governo nesse ano foram:

- Consolidar o processo de paz e promover a reconciliação nacional
- Combater a fome e a pobreza e promover a estabilidade social
- Para alcançar a estabilidade macroeconómica: melhorar os serviços sociais, nomeadamente de saúde, desenvolver e implementar uma estratégia nacional contra o SIDA, melhorar as infra-estruturas e promover o crescimento económico, sobretudo do sector não petrolífero, valorizar os recursos humanos nacionais
- Capacitar as instituições do Estado e assegurar o bom desempenho da administração pública e da justiça em todo o território nacional
- Criar as condições para a realização de eleições gerais, anunciadas para 2006

2- Políticas do Governo

1- Política fiscal e orçamental

A política fiscal e orçamental no período de 2003-04, de acordo com os dados públicos, tem sido assente no princípio do alargamento da base tributária e redução da carga tributária, por um lado e, por outro, da busca da racionalidade e eficácia da despesa pública, de modo a se assegurar a provisão de bens e serviços públicos e semi-públicos, o crescimento económico sustentado na base do máximo emprego dos factores de produção e a busca da equidade social. O défice fiscal foi reduzido de 14% em 2001, para 5,1 % em 2003 e esperava-se baixa-lo para 4% em 2004.

2- Política Monetária

A política monetária continua a ter como objectivo principal a desaceleração da taxa de inflação. A meta estabelecida pelo Banco Nacional de Angola (Banco Central), foi alcançar uma taxa de inflação acumulada de 30% para o ano de 2003, medida pelo índice de preços ao consumidor da cidade de Luanda. No entanto, a taxa observada só ficou em 76.5%.

O BNA adoptou uma meta para o crescimento da base monetária e está a fazer uso dos instrumentos de controlo da liquidez na economia, nomeadamente, a taxa de redesconto, as reservas obrigatórias, a emissão de títulos do Banco Central (TBC) e intervenções no mercado cambial. Pretende-se introduzir no mercado monetário títulos do Tesouro Nacional, na medida em que estiverem disponíveis.

3- Política Cambial

No domínio cambial o BNA reforçou as acções com vista à implementação efectiva da legislação e regulamentação de natureza cambial em vigor, nomeadamente a que proíbe os pagamentos em moeda estrangeira entre os residentes cambiais, mantendo o regime cambial de ajustes gradativos.